



Análise de discurso como quadro teórico de referência para análise de produtos audiovisuais¹

Renata Boutin BECATE²

Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio - CEUNSP, Salto, SP

RESUMO

A pesquisa apresenta a questão do método científico e como este quadro teórico deve nascer do objeto pesquisado. A seguir discute o panorama da Análise do Discurso como quadro teórico de referência para estudos aprofundados de produtos audiovisuais uma vez que, ao extrapolar o texto, capta as diferentes significações e intencionalidades que permeiam as condições de produção e enunciação e interferem na apreensão de seu todo.

Palavras-chave: Hermenêutica; Análise do Discurso; Metodologia; Pesquisa;

A questão do método é determinante para a execução de uma pesquisa científica. Gil (1999, p.26) e Rudio (2003, p. 17) concordam que o método pode ser definido como o caminho que o pesquisador irá percorrer para a execução de sua pesquisa. Este caminho, mais do que um “modelo de procedimentos” a serem seguidos determinará a orientação do pensamento reflexivo do pesquisador.

Metodologia é o nome normalmente dado ao conjunto de métodos e técnicas utilizadas para a realização de determinada pesquisa. Luna (2002, p. 13-14) afirma que o sentido da palavra metodologia tem mudado com o passar do tempo, juntamente com o status conferido a ela no contexto da pesquisa. O que antes era visto como uno foi desmembrado e hoje pode-se falar em “Métodos e Técnicas” para a disciplina instrumental e “Quadro Teórico-Metodológico” para a orientação do pensamento reflexivo do pesquisador citado no parágrafo anterior. “Em outras palavras, abandonou-se (ou vem-se abandonando) a ideia de que faça qualquer sentido discutir a metodologia fora de um quadro teórico que, por sua vez, é condicionado por pressupostos epistemológicos” (LUNA, 2002, p.14).

¹Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 03 a 05 de junho de 2013.

²Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Linha de pesquisa “Discursos Especializados da Comunicação”. Email: renata.fcad@gmail.com



O quadro “teórico de referência”, também chamado de “teórico-metodológico” ou “teórico-epistemológico” deve nascer das exigências que o objeto pesquisado e os objetivos pretendidos criam e não apenas da simpatia do pesquisador por determinada linha ou qualquer outra razão menos relevante. “Problemas específicos exigem soluções específicas, do mesmo modo que soluções específicas só podem ser encontradas por meio do auxílio de teorias que se adequam às soluções buscadas” (SANTAELLA, 2001, p.183). O pesquisador é um intérprete da realidade pesquisada segundo seu método e sua postura teórico-epistemológica, como caracteriza Luna (2002, p.14). A teoria orienta, restringindo a amplitude dos fatos a serem estudados; conceitualiza e classifica conceitos; resume conhecimentos existentes sobre o assunto; prevê fatos e consequências; indica lacunas no conhecimento do pesquisador (GOODE; HATT, 1989, p. 13-18).

Para o presente estudo busca-se apresentar e compreender o enquadramento teórico da análise do discurso traçando um panorama que sirva de norte para pesquisadores interessados nesta linha e apresentá-la como eficiente quadro teórico-metodológico para análise de produtos audiovisuais.

O interesse pelos estudos interpretativos tem suas origens na antiga cultura grega, inicialmente utilizada para a interpretação de oráculos e práticas retóricas. Pouco a pouco, estendeu-se para os textos de uma maneira geral. Uma das primeiras práticas interpretativas utilizada para os textos literários foi a Hermenêutica, que era especializada na interpretação de quaisquer textos (PINTO, 2002, p. 14-15). Assim, traz algumas semelhanças conceituais e de pressupostos com a análise do discurso, especialmente na sua origem interdisciplinar e no trato com a questão da linguagem e da interpretação. Nesta etapa, se buscará compreender do que trata a Hermenêutica.

Paul Ricoeur defende que a Hermenêutica, sendo uma teoria filosófica da interpretação, elaborada e desenvolvida primeiramente na sua aplicação a signos, símbolos e textos, pode revelar-se igualmente eficaz e produtiva em relação à ação humana e suas estruturas temporais (1986, p.05). Ele relaciona texto, ação e história, sem enxergar nenhum destes elementos (nem a própria Hermenêutica) como estática ou imutável. O discurso, aqui entendido como o texto, a fixação do acontecimento de linguagem, é autônomo e através dele é possível “descobrir” a intencionalidade do produtor deste discurso e o contexto no qual estava inserido (RICOEUR, 1989, p.04-06).

[...] a linguagem mais do que descrever a realidade, revela-a e cria-a. A nossa relação como o real não é direta, mas sempre mediatizada por ‘configurações’ e ‘refigurações’. São elas que ordenam, criam congruência e dão forma, sentido e ordem à experiência humana (RICOEUR, 1989, p.09).

A interpretação do receptor deste discurso é uma grande ocupação desta linha de pensamento mas, como este estudo não trata sobre a recepção e sim sobre a produção, não discorrerá sobre este aspecto.

Ricoeur propõe a existência de uma “unidade funcional entre os múltiplos modos e gênero narrativos” (1989, p.24), sobre a qual trata Bakhtin e também o que, com os conhecimentos de análise do discurso pode-se chamar de polifonia, quando julga importante “[...] pôr à prova a capacidade de seleção e organização da própria linguagem, quando esta se estrutura em unidades de discurso mais longas que a frase a que podemos chamar textos” (RICOEUR, 1989, p. 25).

Para este estudo, a afirmação a seguir foi transportada para o campo da comunicação mediada, indo além da escrita e mais especificamente para a construção discursiva do audiovisual embasando o caráter ideológico, contextual e passível de interpretação presentes nestas produções: “Graças a escrita, o discurso adquire uma tripla autonomia semântica: em relação à intenção do locutor, à recepção pelo auditório primitivo, às circunstâncias econômicas, sociais, culturais da sua produção” (RICOEUR, 1989, p. 42). A seguir, define a “tarefa” da hermenêutica:

Uma vez liberta do primado da subjetividade, qual poderá ser a primeira tarefa da hermenêutica? É procurar, no próprio texto, por um lado, a dinâmica interna que preside à estruturação da obra, por outro lado, o poder de a obra se projetar para fora de si mesma e engendrar um mundo que seria, verdadeiramente, a ‘coisa’ do texto. Dinâmica interna e projeção externa constituem aquilo a que eu chamo o trabalho do texto. A tarefa da hermenêutica é a de reconstruir este duplo trabalho do texto (RICOEUR, 1989, p. 43).

Sua outra obra, “Interpretação e Ideologias”, de 1990, esclarece a saída do nível do texto (semântico) para o nível do discurso propriamente dito, no qual a referência (entendida aqui como o contexto) de produção e recepção passa a ser considerado, e a importância deste contexto no ato interpretativo.

O que nos interessa, na presente discussão, é que a polissemia das palavras recorre, em contrapartida, ao papel seletivo dos contextos relativamente à determinação do valor atual que adquirem as palavras numa mensagem determinada, veiculada por um locutor preciso a um ouvinte que se encontra numa situação particular. [...] Produzir



um discurso relativamente unívoco com palavras polissêmicas, identificar essa intenção de univocidade na recepção das mensagens, eis o primeiro e mais elementar trabalho da interpretação (RICOEUR, 1990, p. 19).

Primeiramente ele propõe a organização da problemática da noção do texto em cinco temas: a efetuação da linguagem como discurso, a efetuação do discurso como obra estruturada, a relação da fala com a escrita no discurso, a obra do discurso como projeção de um mundo, o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si. Define que todos estes critérios juntos constituem os critérios da textualidade (RICOEUR, 1990, p.44). Apesar de num primeiro momento realizar a “linguística imanente”, a análise do texto no texto, logo extrapola estas condições e determina, citando Austin e Searle (importantes também para a análise de discursos), os “atos de discurso”, divididos para melhor compreensão em três níveis: nível do ato locucionário (ato de dizer); nível do ato ilocucionário (aquilo que fazemos ao dizer) e nível do ato perlocucionário (aquilo que fazemos pelo ato de falar).

Ricoeur levanta três questões que podem adaptar-se ao contexto cotidiano de trocas simbólicas mediadas: primeiro o “distanciamento que a ficção introduz em nossa apreensão do real”, já que “um relato, um conto ou um poema não existem sem referente. Mas esse referente estabelece uma ruptura como o da linguagem cotidiana. Pela ficção, pela poesia, abrem-se novas possibilidades de ser-no-mundo na realidade cotidiana” (RICOEUR, 1990, p.56); segundo que a apropriação faz parte do processo de comunicação e está ligada ao distanciamento citado acima. A apropriação é a “compreensão pela distância, compreensão a distância” (RICOEUR, 1990, p.58), e responde ao texto, não ao autor, ou seja, o processo de compreensão não dependerá somente das aspirações do produtor, mas do universo sociocultural no qual está inserido o receptor e a própria mensagem. Terceiro, que é impossível distanciar a Hermenêutica das ideologias presentes em todo ato discursivo.

Thompson discute a “Metodologia da Interpretação” e a “Hermenêutica de Profundidade”. Esta, segundo ele, é um eficiente referencial metodológico para tratar de construções simbólicas, considerando que estas construções simbólicas estão inseridas em contextos sociais e históricos variados (THOMPSON, 2002, p. 355-356). “[...] a HP [Hermenêutica de Profundidade] apresenta, não tanto uma alternativa aos métodos de análise existentes, mas um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e ligados entre si [...] Ela nos possibilitará mostrar como diferentes enfoques da análise da cultura, ideologia e comunicação de massa podem ser



inter-relacionados de uma maneira sistemática, combinados dentro de um movimento de pensamento coerente, que iluminará diferentes aspectos desses fenômenos multifacetados” (THOMPSON, 2002, p.356).

A Hermenêutica também define que o “campo-objeto” da investigação social é um “campo-sujeito”, que apresenta uma “lógica” própria. Thompson critica Ricoeur quando lembra que uma análise que se detém apenas aos “textos” é muito parcial, sendo indispensável a questão do contexto sócio histórico específico no qual as formas simbólicas estão construídas “A produção, a circulação e recepção de formas simbólicas são processos que acontecem dentro de contextos ou campos historicamente específicos e socialmente estruturados” (THOMPSON, 2002, p.368). Mas pondera que a HP também trabalha com o caráter ideológico das formas simbólicas:

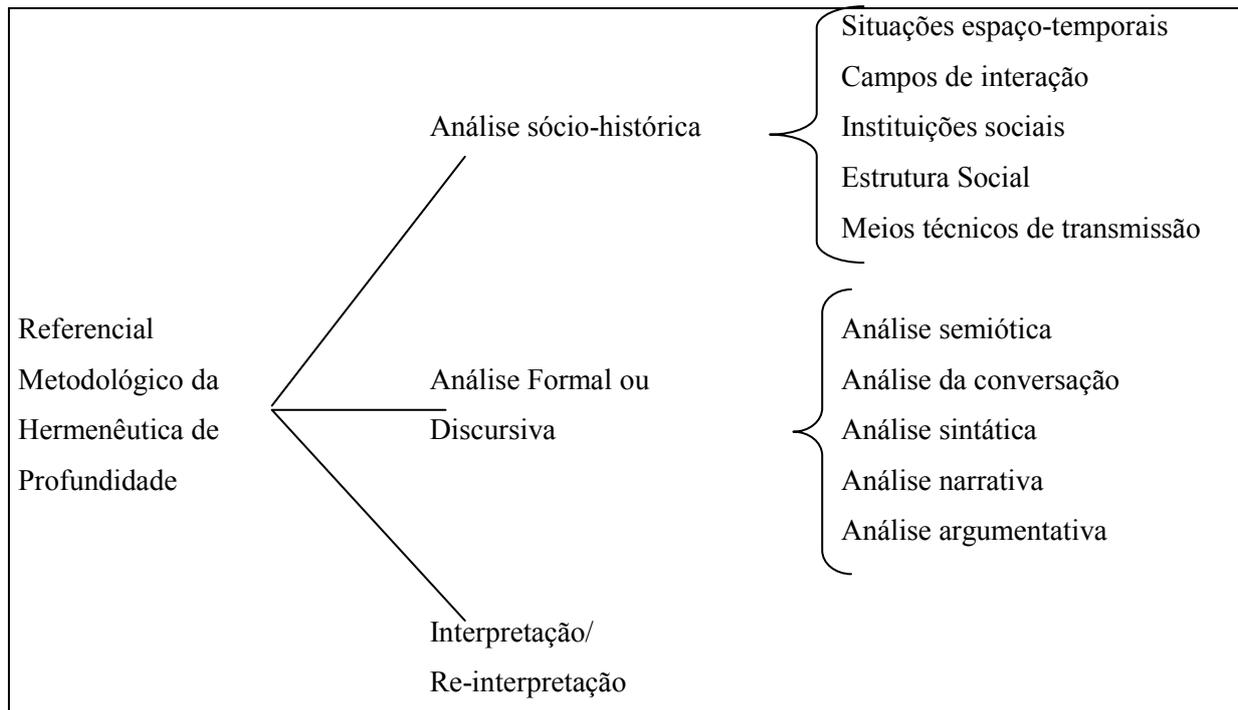
A análise da produção e transmissão é essencial à interpretação do caráter ideológico das mensagens, pois ele lança uma luz sobre as instituições e as relações sociais dentro das quais essas mensagens são produzidas e difundidas, bem como sobre as afirmações e pressupostos dos produtores (THOMPSON, 2002, p.395).

Thompson (2004), esclarece quais as três tradições de pensamento são particularmente relevantes para seus estudos, e uma delas é a Hermenêutica, que ele define:

A hermenêutica ensina que a recepção das formas simbólicas – incluindo os produtos da mídia – sempre implica um processo contextualizado e criativo de interpretação, no qual os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem, para dar sentido às mensagens que recebem. Ela também chama a nossa atenção para o fato de que a atividade de ‘apropriação’ faz parte de um processo mais extenso de formação pessoal, através do qual os indivíduos desenvolvem um sentido, para eles mesmos e para os outros, de sua história, de seu lugar no mundo e dos grupos sociais a que pertencem. Ao enfatizar o caráter criativo, construtivo e socialmente vinculado da interpretação, a hermenêutica converge com alguns estudos etnográficos sobre a recepção dos produtos da mídia, enquanto ao mesmo tempo enriquece este trabalho com os recursos de uma tradição interessada no elo de ligação entre a interpretação e a formação do eu (p.17).

Portanto, ela poderia ser fundamento para um estudo de recepção (que não é o caso) e para o estudo do produto audiovisual em si, como demonstra a tabela a seguir que resume as três fases do enfoque da Hermenêutica de Profundidade com seus diferentes tipos de análise:

Formas de Investigação Hermenêutica (THOMPSON, 2002, p.365):



Considera-se, então, a análise de discurso como uma “evolução” da prática interpretativa da hermenêutica, pois de acordo com Milton José Pinto (2002, p. 15) esta, ao buscar interpretar quaisquer tipos de textos reconstituindo seu sentido semântico original buscava impor uma interpretação privilegiada. A análise do discurso é extremamente preocupada com os processos interpretativos, porém de maneira mais abrangente e sem a preocupação com literalidades: interessa o processo, o todo discursivo. Como o que se quer dizer é dito e interpretado, dentro de condições de produção, emissão e recepção bastante específicas. O sentido não é anterior à decodificação, mas constituído por ela (KOCH, 1984, p. 26).

A Análise de Discurso (AD daqui para frente) restitui ao fato de linguagem sua complexidade e sua multiplicidade (aceita a existência de diferentes linguagens) e busca explicitar os caracteres que o definem em sua especificidade, procurando entender o seu funcionamento. Isto porque a AD trabalha não só com as formas abstratas, mas com as formas materiais da linguagem. E todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria. Assim, a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que as constituem, ao contrário, é na prática material significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente (ORLANDI, 1996, p. 461).

Esta perspectiva teórica tem no russo Mikhail Bakhtin seu fundador, mas suas origens remetem aos estudos da semiótica e da linguística. Esta, inaugurada por



Ferdinand de Saussure em seu “Curso de Linguística Geral” (resultado de anotações de aulas reunidas e publicadas por dois de seus alunos) de 1916, entendia o texto como ambiente de análise que supera a gramática normativa, mas considerava como “linguagem” apenas a verbal, oral e a escrita. A linguagem era entendida como um sistema de signos, como uma estrutura sistemática, e estabeleceu-se uma dicotomia fundamental: a distinção entre “língua” (âmbito social) e “fala” (âmbito pessoal).

Até a década de 60 os estudos de linguagem preocupavam-se somente com a estrutura da língua, com sua constituição, e partia-se do pressuposto de que o significado estaria no código. Era a “linguística imanente”. Esta, porém, desconsiderava fatores importantes quando se objetiva total compreensão do processo linguístico (ORLANDI, 1987, p. 88).

A linguística estava sedimentada no estruturalismo, e com o passar do tempo e a amplitude das necessidades de novas explicações para os fenômenos lingüísticos, passou a não dar conta da análise de um texto. Percebeu-se que era importante entender o processo da linguagem, já que “enquanto ‘língua’ se refere exclusivamente à linguagem verbal, ‘linguagem’ se refere a qualquer tipo possível de produção de sentido, por mais ambíguo, vago e indefinido que seja esse sentido” (SANTAELLA, 1996, p.312). Foram introduzidos outros elementos, como as características do enunciador, do enunciatário e as condições nas quais determinado discurso é emitido, ao observar-se que esses fatores interferiam diretamente no processo de significação. Porém, na lingüística e nas contribuições que recebeu de outras ciências posteriormente, a noção de estrutura não se desfez, passou-se ao chamado pós-estruturalismo, isto por que:

Cada elemento do sistema, além de revelá-lo, só adquire sentido no interior do sistema e por referência a outros elementos. Nada tem significação por si só, mas sim por não ser outro. O princípio de diferenciação está na base deste tipo de pensamento. A coisa não vale pelo que ela é, mas por sua relação opositiva com outros elementos, pelo que ela não é (ARAÚJO, 1998, p.121).

Essa relação opositiva múltipla somada às interferências que a realidade social do falante causa em sua linguagem (observada desde Barthes), gerou obras como “Marxismo e filosofia da linguagem” (BAKHTIN, 1929), na qual são apontadas essas relações sociais como agentes transformadores dos processos de linguagem e rerepresentada a questão da ideologia como inerente a qualquer processo comunicacional. O signo é ideológico por excelência e a realidade é determinada pelo



signo, que reflete e refrata a transformação desta realidade (BAKHTIN, 1981). Relaciona-se com o conceito de “língua viva”, em constante transformação e ressignificação, e quer dizer que as construções simbólicas que o homem utiliza para se expressar podem tentar espelhar uma realidade, e até refleti-la, mas não sem alterar um pouco sua angulação.

A análise do discurso é, então, uma convergência de disciplinas, pois se fundamentou na Linguística, no Marxismo e na Psicanálise. Além disso, ela praticou uma renovação de práticas de estudos e desta forma vem preencher uma lacuna representando um grande avanço nos estudos de linguagem, já que extrapola o texto, capta as diferentes significações e intencionalidades que permeiam o texto e interferem na apreensão de seu todo. Orlandi (2003, p.15) explica melhor:

Há muitas maneiras de se estudar a linguagem: concentrando nossa atenção sobre a língua enquanto sistema de signos ou como sistema de regras formais, e temos então a Linguística; ou como normas de bem dizer, por exemplo, e temos a Gramática normativa. [...] A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas estas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Muitos autores passaram a embasar seus estudos sobre processos de linguagem na corrente teórica da análise do discurso, escapando da citada “análise imanente” que, em um mundo em constante transformação, já não responde satisfatoriamente às necessidades dos estudos porque isola a socialização da linguagem e seu processo interno (psíquico e ideológico) de produção.

A fronteira que separa o linguístico e o discursivo é sempre colocada em causa em toda prática discursiva, e é próprio da relação entre língua e discurso que as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas – que são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos – sejam objeto de recobrimentos e de apagamentos parciais. Daí a proposta da AD de uma teoria não subjetiva da enunciação, pois o linguístico e o discursivo se comunicam (ORLANDI, 1987, p. 101).

A análise do discurso configura-se, portanto, como um campo de pesquisa, uma prática metodológica e um viés epistemológico. Apresenta uma série de pressupostos, e um dos principais é a noção do discurso como prática social. Isto implica que tanto a linguagem verbal quanto outras semióticas com as quais são



construídos os textos estão inseridas num contexto sócio histórico mais amplo e não se encerram em si.

O significado de uma palavra não estará no sistema da língua, enquanto estrutura, mas na sociedade que a criou, reelaborou seu significado, a utilizou num determinado contexto, numa determinada formação ideológica ou discursiva. Santaella (1996), Orlandi (1987), Koch (1984) e Pinto (2002) concordam que nenhum discurso está desvinculado de intencionalidade, mas carregado de ideologias³, havendo sempre um sentido oculto a ser desvelado, um “querer-dizer”. Este trabalho se apropria deste conceito quando pressupõe que o discurso do audiovisual, permeado pela ideologia de seus produtores, pode apresentar uma fusão de discursos e acabar incorrendo em uma mensagem final de caráter ideológico. Não há discurso neutro, não há nem postura analítica neutra, visto que a seleção dos termos utilizados, o caminho percorrido, os objetivos, a construção textual estão sempre permeados pela ideologia do produtor do enunciado. A ideologia caminha entre as interações sociais.

Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCH, 1984, p. 19).

Pinto (2002, p. 26) observa ainda que é na superfície dos textos que o analista vai encontrar as marcas sociais deixadas na produção de sentido. Assim, é na análise direta dos textos que se pode encontrar os indícios que levarão a compreender com que intenções eles foram produzidos.

A análise de discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A análise de discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação (ORLANDI, 2003, p. 26).

A principal contribuição da análise do discurso é de ser uma ferramenta metodológica que fornece balizas conceituais e fez emergir do discurso de um produto

³A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar [...]. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador [...]” (CHAUI, 2003, p. 108).



audiovisual elementos buscados para que seja compreendida sua linguagem, considerando as especificidades do veículo onde este é exibido, do conteúdo do produto e do público pretendido. Não basta entender o que determinado produto “disse”. A análise do discurso não procura compreender o que o texto diz ou mostra, mas como ele o diz ou o mostra (PINTO, 2002, p. 27).

Dessa forma, a análise do discurso pode ser considerada como a análise dos processos de construção de significados. Interessa-se em observar e desprender dos textos – lembrando que, para a análise de discurso tudo que produz significado, seja verbal ou não verbal, intencional ou não é considerado um texto – sua materialidade significativa e ideológica. Pretende desvelar a intencionalidade atingindo um enunciatário (receptor) e exigindo dele um esforço de interpretação e ressignificação. A completude dos significados, como apontado em outras teorias, está em quem recebe a mensagem, não em quem a emite.

Outros dois importantes aspectos que as linguagens necessariamente envolvem estão, primeiro, no seu poder de referencialidade do qual decorrem os graus de aplicabilidade da linguagem a algo que está fora dela, o chamado referente, e que ela, de modo mediato, torna presente. Segundo, o poder interpretativo da linguagem, quer dizer, os efeitos de interpretação que ela está apta a produzir no receptor (SANTAELLA, 1996, p. 316-317).

Torna-se evidente que o significado de uma palavra não se encontra inerente a ela, dependendo (no mínimo) das condições de sua produção, da intencionalidade de seu enunciador e da propensão deste receptor a apreender determinada ideologia, determinado conceito. Na prática analítica isto não é tão simples assim. A análise de discurso fornece, então, alguns conceitos e predeterminações que sistematizam e favorecem a atividade de pesquisa do analista.

Assim, apresenta alguns termos próprios, como enunciador (que emite a mensagem); enunciatário (o receptor); enunciação (o momento histórico no qual o enunciador emite a mensagem); campo discursivo (diferentes orientações discursivas que se equilibram dentro de um mesmo contexto discursivo, “oposição de ideologias”); cena de enunciação (espaço onde ocorre a enunciação e que influencia em todo o processo significativo por ser parte do contexto de produção); postos, pressupostos e subentendidos do enunciado; entre outros (PINTO, 2002; ORLANDI, 1987; KOCH, 1984, MAINGUENEAU, 2004).

O termo condições de produção representa o momento histórico e social no qual determinada enunciação foi realizada. É indissociável de qualquer estudo em análise de



discurso, pois determina as implicações inerentes à produção do significado e sua interpretação. “Enunciação é o ato de produção de um texto e se opõe a enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado” (PINTO, 2002, p. 32). As condições de produção determinam o terreno no qual a enunciação será realizada (KOCH, 1995, p.14).

O texto apresenta um contexto, que é tudo que o cerca. Engloba os elementos linguísticos da mensagem (verbais e não-verbais) e os não linguísticos, como sua sustentação sociocultural e o canal no qual é transmitido o audiovisual. O contexto pode ser observado de duas maneiras: o contexto situacional imediato - mais restrito, referente às características da mensagem do produto audiovisual em si, por exemplo - e o contexto situacional ampliado - que valoriza as condições de produção, tudo o que cerca o produto e possibilita sua transmissão (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 124).

Intrínseco ao conceito de condições de produção está o de contrato de comunicação, que é empregado para designar “o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido com válido do ponto de vista do sentido. É a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, co-construindo o sentido [...]” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 130).

Possivelmente, é o contrato de comunicação estabelecido entre os produtos audiovisuais e a audiência que colabora na apreensão de sentidos, na fidelidade com o conteúdo, na construção da verossimilhança. Isto pode ser chamado também de “leis do discurso”, ou seja, regras previamente estabelecidas, porém não necessariamente explicitadas que permitem a significação no processo comunicacional.

Essas leis são definidas por Maingueneau (2001, p. 34-37) como lei da pertinência – implica que uma enunciação deve interessar ao destinatário e estar vinculada ao contexto em que se desenvolve; lei da sinceridade – que espera o envolvimento do enunciador no ato de fala que realiza. Relaciona-se com a importância que o enunciador deve dispensar à sua mensagem para que esta possa transmitir credibilidade; lei da informatividade – determina que o conteúdo das mensagens devem ter elementos novos ao destinatário. Do contrário, ele terá que realizar inferências para buscar a compreensão do tema e talvez o processo comunicacional não seja realizado com fidelidade; lei da exaustividade – o enunciador deve ser capaz de avaliar de se expressar sem que haja exagero, um excesso de informação que leve ao descaso com sua mensagem ou falta de informação, que não atende às necessidades do destinatário.



Em ambos extremos, pode ocorrer a não-comunicação; lei da modalidade – esclarece que deve haver clareza e economia no conteúdo das mensagens e que esta, para fazer sentido, deve encarnar uma materialidade que permita ao destinatário desprender seu significado.

Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações (BAKHTIN, 1997, p.302).

A postura que o enunciador e o destinatário irão assumir em cada uma dessas leis passará pelo gênero de discurso no qual estará sendo realizada a troca de significados. Na análise de discursos, cada texto pertence a um gênero de discursos ou a uma espécie de discursos e em cada um deles, a construção da enunciação é diferente, determinada por diferentes contextos de produção, posições ideológicas ou lugares de fala (PINTO, 2002, p.32). Estes gêneros são determinados por diferentes tipos de discursos, presentes em condições sócio históricas determinadas. Pode-se dizer, por exemplo, que uma telenovela configura-se como um gênero de discurso no interior da tipologia discursiva da televisão (MAINGUENEAU, 2004, p. 63). Este quadro favorece a manutenção do contrato comunicacional, pois enunciador e enunciatário estabelecem uma relação dialógica, ou seja, há uma interação entre enunciador e enunciatário no espaço do discurso, na qual o dialogismo representa a troca, a interação, e a condição do sentido do discurso, “em outros termos, concebe-se o dialogismo como o espaço interacional entre o eu e tu, ou entre o eu e o outro no texto” (BARROS, 2003, p. 02-03).

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor (BAKHTIN, 1997, p.290).

Toda significação é entendida como consequência de um acordo entre enunciador e enunciatário, socialmente organizados em um processo de interação. Dessa forma, o processo comunicacional é condicionado tanto pela organização social dos



participantes quanto pelas condições em que a interação acontece, em uma condição de produção e em um gênero discursivo específico.

A linguagem instituída define um campo de compreensão. A comunicação é a relação que se estabelece entre dois sujeitos situados neste campo, fornecendo-lhes um domínio comum de referência, pano de fundo relativamente ao qual a sua relação momentânea se destaca em primeiro plano (GUSDORF, 1995, p. 56).

Em meio ao processo de interação social, ocorre um fenômeno conceituado pela análise de discurso como polifonia. Esta também acontece no cotidiano das produções artísticas, profissionais e acadêmicas, ou seja, em todos os âmbitos da produção de significado. Está acontecendo, por exemplo, na execução deste estudo quando a pesquisadora, após ler diversos textos, de diferentes autores passa a produzir enunciados que não são só dela, mas que se constituem como um emaranhado de outros discursos, apreendidos em diferentes momentos. Vozes de outros enunciadorees que, por aceitação ideológica e outros processos mentais de aceitação, passam a constituir uma nova voz, carregada de todos eles:

[...] a compreensão de um enunciado é sempre dialógica, pois implica a participação de um terceiro que acaba penetrando o enunciado na medida em que a compreensão é um momento constitutivo do enunciado, do sistema dialógico exigido por ele. Isso significa que, de alguma maneira, esse terceiro interfere no sentido total em que se inseriu. Esse jogo dramático das vozes, denominado dialogismo ou polifonia, ou mesmo intertextualidade, é uma forma especial de interação, que torna multidimensional a representação e que, sem buscar uma síntese do conjunto, mas ao contrário uma tensão dialética, configura a arquitetura própria de todo discurso (BRAIT, 2003, p. 25).

As múltiplas vozes com as quais se preocupa a análise do discurso não dizem respeito apenas a “falas” de outras pessoas. VERÓN, apud KOCH (2002, p.47), classifica a intertextualidade profunda, que ocorre nos processos de certos universos discursivos como o dialogismo entre a TV e o cinema. Além deste exemplo claro, no processo de produção de um discurso “há uma relação intertextual com outros discursos relativamente autônomos que, embora funcionando como momentos ou etapas de produção, não aparecem na superfície do discurso ‘produzido’ ou ‘terminado’”. O estudo destes textos pode oferecer uma maior compreensão dos processos de produção audiovisual, uma vez que “[...] a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho” (ORLANDI, 2003, p. 67). Entende-se, assim, que a análise



de discursos pode ser considerada, de fato, uma opção pertinente a estudos de produtos audiovisuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e Linguagem** – Discursos e Ciência. São Paulo: Moderna, 1998.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Televisão e escola**: uma mediação possível? São Paulo: Senac, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, José Luiz. (org.) **Dialogismo, polifonia e enunciação**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BARROS, Diana Luiz Pessoa de. **Teoria do discurso**: Fundamentos Semióticos. 3ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARADEAU, Patrick. **El discurso de la información**. Tradução para o espanhol de Margarita Mizraji. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer** :linguagem e lógica. São Paulo: Global, 1981.
e o adolescente. Porto Alegre : [s.n.], 1998.
EDUC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**.5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUSDORF, Georges. **A Palavra**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A Inter-ação pela linguagem**. São Paulo : Contexto, 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.



KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Venício A. de; CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

LOBO, Luiz. **Nem babá eletrônica nem bicho-papão – a criança diante da TV**. Rio de Janeiro: Lidador, 1991.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. 6ª ed. São Paulo:

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2002

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. 2ª ed. São Paulo: Hacker, 2002.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **Produção de Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.